



RESUMO

A palavra “informalidade” entrou em uso generalizado a partir dos anos 80, com a reação neoliberal à crise do estado de bem-estar nos países desenvolvidos (ou centrais), que promove, a fenômenos mais ou menos autônomos, certas características intrínsecas do capitalismo ou de sua crise atual. Assim, *exploração* se torna *exclusão*, *imperialismo* se torna *globalização*, *capitalismo tardio* pode ser *neo* ou *pós-fordismo*, ou ainda *pós-modernidade*, *subproletariado* se torna *sem-teto* ou *morador de rua*, *ilegalidade* se torna *informalidade*.

Na aglomeração urbana o termo se refere a assentamentos de baixa renda precários e/ou irregulares: terreno invadido, loteamento clandestino, construção sem projeto aprovado ou em desacordo com o zoneamento. Mas é preciso lembrar que, pela mesma lógica, há informalidade no outro extremo, superior, do espectro social: clubes recreativos, residências de luxo com aproveitamento superior ao permitido, e até *shopping centers* sobre terreno grilado ou em usucapião são comuns (em São Paulo). Na área da economia, fora do âmbito da organização espacial, também encontramos a informalidade no lugar mais chave do capitalismo: o lugar da produção. Empregos sem carteira assinada são *empregos informais*, comércio de rua, de mercadoria de contrabando ou sem nota fiscal é *comércio informal*.

Essa comunicação pretende menos detalhar a variedade de formas de informalidade na América Latina do que discutir suas causas e propor que tais causas se situem nas peculiaridades estruturais das sociedades de elite. Para tanto, restringe-se à discussão da sociedade brasileira, na esperança de cada país contribuir, nesse seminário e mesmo depois, para uma melhor compreensão das raízes das fragilidades dos países do continente e para a percepção das potencialidades do movimento de unificação da América Latina para liberar seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE

Informalidade, sociedade de elite, Brasil, América Latina, neoliberalismo, ideologia.

INFORMALIDAD EN LAS SOCIEDADES DE ELITE DE LATINOAMÉRICA

RESUMEN

La palabra “informalidad” comenzó a usarse de manera generalizada a partir de los años 1980, con la reacción neoliberal a la crisis del Estado de bienestar en los países desarrollados (o centrales). Eso promueve a fenómenos más o menos autónomos algunas características intrínsecas del capitalismo o de su crisis actual. De esa forma, *exploración* se torna *exclusión*, *imperialismo* se vuelve *globalización*, *capitalismo tardío* puede ser *neo-* o *posfordismo*, o aún *posmodernidad*, *subproletariado* se transforma en *sin vivienda* o en *habitante de la calle*. *Ilegalidad* se torna *informalidad*.

En el aglomerado urbano, el vocablo hace referencia a asentamientos de bajos ingresos, precarios y/o irregulares: terreno invadido, parcelación clandestina, construcción sin proyecto aprobado o en desacuerdo con la zonificación. Pero vale recordar que, por la misma lógica, también hay “informalidad” en el otro extremo, superior, del espectro social: clubes recreativos, residencias de lujo con aprovechamiento superior al permitido y hasta *shopping centers* sobre terrenos apropiados ilícitamente y legalizados con documentación falsa o por prescripción adquisitiva son comunes (en São Paulo, Brasil). En el área de la economía, fuera del ámbito de la organización espacial, también encontramos la informalidad, en el lugar más clave del capitalismo: el lugar de la producción. Empleos sin documentación son *empleos informales*, comercio de calle, de mercancía de contrabando o sin factura es *comercio informal*.

Esta comunicación pretende no tanto detallar la variedad de formas de informalidad en Latinoamérica, sino discutir sus causas y proponer que estas causas se sitúan en las peculiaridades estructurales de las sociedades de elite. Para eso, se restringe a la discusión de la sociedad brasileña, con la esperanza de que cada país contribuirá, en este seminario o después, para una mejor comprensión de las raíces de las fragilidades de los países del continente y para la percepción de las potencialidades del movimiento de unificación de Latinoamérica para liberar su desarrollo.

PALABRAS CLAVE

Informalidad, sociedad de elite, Brasil, Latinoamérica, neoliberalismo, ideología.

INFORMALITY AMONG THE ELITE
SOCIETIES OF LATIN AMERICA

ABSTRACT

The term “informality” came into generalized use as of the 1980s, a neoliberal response to the crisis of the Welfare State in developed nations. The latter promotes certain inherent characteristics of capitalism and of its current crisis to more or less autonomous phenomena, with the production of a host of neologisms with blunted cutting edges. In this way, *exploitation* becomes *exclusion*, *imperialism* becomes *globalization*, *late capitalism* may be *neo-* or *post-Fordism* or even *post-modernity*, and *subproletariat* becomes *homeless* or *street dweller*. *Illegality* becomes *informality*.

In urban agglomeration the term refers mainly to low-income settlements either simply “substandard” or in violation of some urban regulation: illegal occupation, squatting, lacking city approval, or at odds with land-use zoning. But we should not forget that by the same token there is plenty of “informality” at the other end – the upper end – of the social strata: clubs exempt from property taxes, high-rise luxury flats exceeding allowable plot ratios and/or other land use restrictions and even shopping malls on illegally occupied public land are not uncommon in São Paulo.

This article, however, does not detail the many forms of “informality” but rather, discusses its causes – and the very meaning of the use of the word itself – and it suggests that those causes are rooted in the intrinsic peculiarities of the elite societies. The discussion is restricted to Brazilian society, in the hope that both now and later every country will bring a contribution to a better understanding of the roots of Latin American frailty and towards revealing the potential of the movements of continental unification for a liberation of its forces of development.

KEY WORDS

Informality, elite society, Brazil, Latin America, neoliberalism, ideology.



Figura 1: Boneco de catador de lixo no Conjunto Nacional (2006 outubro)
Foto: Csaba Deák

“Creio que certas realidades americanas, por não terem sido exploradas literariamente, por não terem sido nomeadas exigem um grande, vasto, paciente, processo de observação... Convenço-me que a grande tarefa do romancista americano de hoje está em inscrever a fisionomia de suas cidades na literatura universal...”
Alejo Carpentier, *Literatura e consciência política na América Latina*, 1969.

“A tarefa contida no chamamento de Carpentier adquire contornos ainda mais amplos, uma vez que interpretar o processo urbano brasileiro implica produzir, também, uma interpretação da sociedade brasileira como um todo.”
Csaba Deák

INFORMALIDADE NA SOCIEDADE BURGUESA

Informalidade existe em qualquer sociedade, mas seu sentido e importância difere em cada uma. Na sociedade burguesa, se somada em cifras, a porção maior de informalidade situa-se nas faixas superiores do espectro social: um exemplo paradigmático é a produção de artigos de luxo, como na Itália, onde, em meados dos anos 80, a proporção do PIB informal chegou a perto de 50%, o mais alto da Europa (por comparação, a mesma proporção na Inglaterra é 8%).

Em última análise, a importância maior da informalidade na sociedade burguesa é que uma porção da produção social escapa à mercadorização – o princípio máximo do capitalismo, além do problema, menor, da evasão de impostos que, inevitavelmente, acompanha-a. É bem provável que, com a inexorável tendência à terciarização, a produção informal venha a ocupar importância sempre crescente nas sociedades capitalistas maduras, adicionando mais um aspecto à sua crise – não está claro, de fato, em qual medida os serviços poderão ser produzidos enquanto mercadorias. No entanto, nosso interesse aqui nas sociedades burguesas limita-se ao referencial que serve para a discussão da informalidade na América Latina.

INFORMALIDADE NA SOCIEDADE DE ELITE

Designamos por *sociedade de elite* as formações sociais da América Latina, como distintas das sociedades burguesas dos países capitalistas avançados. O termo foi originalmente utilizado para interpretar a sociedade brasileira – como será um pouco mais detalhado no item subsequente – mas é provável que seja um bom ponto de partida também para a interpretação de muitas das demais formações sociais latino-americanas. Do ponto de vista do processo urbano e, em

particular, da produção da informalidade, a sociedade de elite difere da burguesa em dois pontos essenciais: o nível de reprodução da força trabalho e a diferenciação do espaço urbano como reflexo de sua estrutura social.

A primeira característica distintiva da sociedade de elite é que o nível de reprodução da força de trabalho é cronicamente baixo, o que, na linguagem neoliberal, gerou o pseudoconceito de subemprego e isso, não obstante o alerta crítico de há muito tempo de Chico de Oliveira ao chamar a atenção: “*Esse pessoal não está subempregado (eles trabalham tanto quanto seus pares no ‘pleno’ emprego): está subpago.*” Isso, combinado com uma infra-estrutura urbana precária, resulta em condições urbanas igualmente precárias, caracterizando um padrão de urbanização que, em uma tentativa de designá-lo sem, realmente, perceber sua base e origem, chegou a ser chamado de “periférico”.

A segunda característica contundente dessa sociedade, de certo modo anverso do primeiro, a elite desfrutar de superprivilégios que, contrastando com as condições dos trabalhadores, introduz uma clivagem na estrutura social bem além da divisão de classes, decorrente da relação salário-capital da sociedade burguesa e na qual, diferentemente dessa última em que a ideologia liberal se propõe a transpor ou dissimular a divisão de classes mediante a construção da idéia do interesse coletivo; na sociedade de elite tal clivagem permanece à flor da pele e imprime seus traços nos mais diversos aspectos do processo urbano.

Nessas condições, a “informalidade” adquire uma funcionalidade específica na sociedade de elite. Passa, então, a ser tolerada por ser consistente com os traços de comportamento da elite. Uma vez que essa controla, *de fato*, e diretamente (com uma mediação mais fraca pela ação do Estado e da burocracia) o uso dos recursos da sociedade, as oportunidades de exercício do arbítrio oferecidas pela informalidade vêm a calhar e combinam perfeitamente com os traços mais característicos do comportamento da elite: arbitrariedade e volubilidade. O afastamento, no Brasil, entre a ideologia e a prática, entre o discurso e a ação foi eloqüentemente descrito por Roberto Schwarz:

“O ideário liberal... necessário à organização e à identidade do novo Estado e das elites, representa progresso. Por outro lado não expressa nada das relações de trabalho efetivas, as quais recusa ou desconhece por princípio, sem prejuízo de conviver familiarmente com elas. Daí um funcionamento especial, sem compromisso com as obrigações cognitiva e crítica do Liberalismo, o que abala a credibilidade deste último e lhe imprime, a par da feição esclarecida, um quê gratuito, incongruente e iníquo.” Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo*, 1979

No topo da sociedade de elite, as manipulações dos recursos da sociedade ensejam toda forma de informalidades as quais, normalmente, não são, no entanto, objeto de preocupação ou vistos como problema, ainda que, de quando em quando a *corrupção* a elas freqüentemente associada seja lembrada como fenômeno condenável. É na base do espectro social que se manifestam os “problemas”, reconhecidos como tais por sua magnitude e contundência: o baixo nível de reprodução da força de trabalho e o descaso manifesto com ele por parte da elite (manifesta nas atitudes da mídia e nas

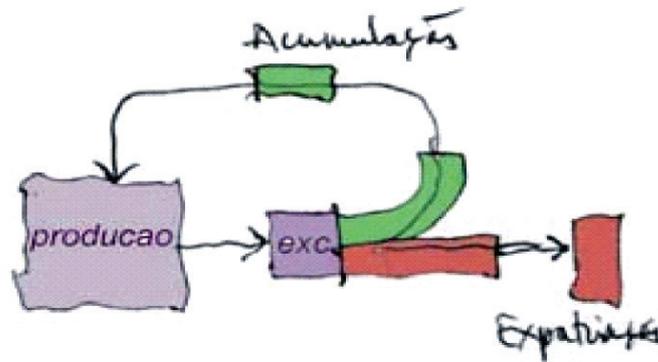
ações do Estado em seus diversos níveis de governo) acaba jogando grandes contingentes de população e extensas porções da aglomeração urbana na “informalidade”; na verdade, um brutal eufemismo criado para escamotear seus componentes concretos de precariedade, ilegalidade, inadimplência e violência.

No caso específico da habitação, o “conceito” de informalidade preenche, basicamente, a mesma função. A “questão da habitação”, colocada já por Engels no século 19 (ENGELS, 1872), consiste, essencialmente, em que a habitação operária nunca pôde ser mercadorizada – vale dizer, produzida *enquanto* mercadoria – uma vez que seu preço não pôde ser incluído no salário, nem mesmo no berço do capitalismo, a Inglaterra (BALL, 1981). Sua provisão implica assim, necessariamente, subsídios governamentais de vulto, cuja ordem de grandeza pode ser ilustrada pelo fato de, no auge do estado de bem-estar da pós-guerra (à 2ª Guerra Mundial), mais de um quinto de todo o estoque de habitação na Inglaterra era habitação social (*council housing*), enquanto o resto da produção habitacional desfrutava – e desfruta até hoje – de crédito amplamente subsidiado. Nos países da América Latina, com seus níveis de salário de ordens de grandeza inferiores, a habitação operária só poderia ser provida, à maior razão, pelo Estado. Este, se omitindo, ou tomando iniciativas quantitativamente desprezíveis, empurra o “problema” da habitação para uma rica gama de soluções precárias – ou “informais”.

SOCIEDADE DE ELITE E ACUMULAÇÃO ENTRAVADA NO BRASIL

A interpretação da sociedade brasileira resumida a seguir e elaborada no final dos anos 80 (Deák, *Acumulação entravada no Brasil*) repousa sobre três idéias centrais preexistentes. A primeira, o chamamento de Chico de Oliveira (1972), a criticar as posições da Cepal e sua teoria da dependência com base no fato de uma teoria que coloca a causa das características de uma formação social em algum fator externo à sociedade – como o imperialismo, no caso da teoria de dependência, leva à inação política e à reprodução do *status quo*: é mister desvendar os processos *internos* da reprodução de uma sociedade. A segunda, o relato de Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização no Brasil* (1961), da história econômica no Brasil e das políticas econômicas praticadas em seu decurso, mostrando a crônica recorrente das políticas recessivas intercaladas aos períodos de relativa expansão. E a terceira, a designação *sociedade de elite*, de Florestan Fernandes (1972), para caracterizar uma sociedade distinta da sociedade burguesa dos países de capitalismo desimpedido. A *acumulação entravada* veio, então, a ser formulada como sendo a base material do processo autônomo de reprodução da sociedade de elite, um modo de produção capitalista, sem dúvida, pela predominância do trabalho assalariado, porém uma variante do mesmo, em que o princípio de acumulação fica subordinado ao princípio de expatriação de excedente, introduzindo um *entrave* permanente ao pleno desenvolvimento das forças produtivas. A gênese dessa formação social remonta ao período colonial.

Figura 2: Produção colonial. Apesar da expatriação do tributo à metrópole, uma parte remanescente do excedente é acumulada
Elaboração: Autor



Produção colonial

Assim como a sociedade brasileira é sucedânea da *sociedade colonial*, a acumulação entravada se origina na *produção colonial* iniciada com a fundação da colônia por Portugal e abarcando três séculos até a Independência.

A finalidade da produção colonial é simplesmente o excedente apropriável pela metrópole, porém o requisito adicional de contínua ampliação do tributo introduz um antagonismo na organização da produção na colônia: para o tributo poder crescer, é necessário deixar uma parte do excedente na colônia para a ampliação da escala da produção, vale dizer, a ser acumulada. Assim, a produção colonial é uma *reprodução ampliada* governada pelo antagonismo entre a perpetuação do tributo e sua ampliação.

O antagonismo na produção colonial se manifesta no conflito entre a metrópole e a sociedade local, representando ambas o princípio de expatriação e o princípio de acumulação, respectivamente. Para a metrópole preservar sua posição dominante, utiliza o expediente de manter a colônia relativamente fraca, controlando seu desenvolvimento pela imposição de uma variedade de entraves, para a sociedade local não se fortalecer em demasia a ponto de poder desafiar o princípio da expatriação – vale dizer, o próprio domínio da metrópole.

Em princípio, quanto mais forte a metrópole, mais pode permitir sua colônia se desenvolver sem sobre ela perder o controle, mas, nas condições históricas concretas, a avaliação da relação de forças entre ambas somente pode ser feita na prática e está sempre sujeita a erros (assim, a Inglaterra perdeu sua colônia da América). As três metrópoles que colonizaram a América mantinham relações específicas, decorrentes de seu próprio desenvolvimento, com suas colônias que definiam as condições das formações sociais dessas últimas. Na colônia inglesa da América do Norte, a sociedade local enfrenta e vence a metrópole e elimina a expatriação, implantando acumulação desimpedida e pleno desenvolvimento. No caso do Brasil, por um lado, sua metrópole mesma resiste, mas acaba perdendo à Inglaterra sua autonomia e, assim, o Brasil se torna “colônia de uma colônia”, sendo, em sua sociedade, a estrutura de produção, mantida a um mínimo e restrita a produtos de exportação *incorporando, assim, nas elites locais, as forças contrárias ao desenvolvimento da produção*, praticamente sem conflito de interesses ou necessidade de confrontar sua metrópole. Em situação, digamos,

intermediária, estão as colônias da Espanha, cuja metrópole nunca abandonou sua resistência – ressalvada sua paralisação temporária nas guerras napoleônicas – à ascendência inglesa ou independência de suas colônias – estas acabaram precisando conquistar mediante luta armada, ainda que por instigação e com o apoio decisivo da Inglaterra.

A sociedade local do Brasil, tendo já formado forças locais em favor da manutenção da primazia da expatriação, não enfrenta – não tem motivos para confrontar – a metrópole. O processo de independência se desenrola apenas porque as guerras napoleônicas revelaram que Portugal havia definitivamente perdido a capacidade de prover o suporte institucional, sem o qual nenhuma sociedade (de classes) pode se reproduzir. O propósito da independência foi internalizar o aparelho de Estado, até então provido pela metrópole, para dar continuada sustentação, sem qualquer alteração, seja na organização social, seja na organização da produção (as duas vão de par) à sociedade local – até então, colonial. Tal processo seria facilitado, ademais, pelas manobras inglesas que resultariam na transmigração da Côrte portuguesa ao Brasil, inaugurando já um período de transição à formação do estado independente.

Independência

A independência se tornou, dessa maneira, um processo de manutenção do *status quo*, um processo de acomodação a uma situação já existente. Isso não significa que não houvesse também *outro* projeto – como os planos republicanos de Gonçalves Ledo – de internalização do aparelho de Estado:

“Não que não ganhassem qualquer expressão social também os interesses ligados à reprodução local no período imediato que precede a declaração da Independência. Os chamados ‘radicais’ liderados por Gonçalves Ledo e que constituíam um grupo que hoje chamar-se-ia de tendência nacionalista, preconizavam a constituição de um Estado de molde burguês (eleição direta da Constituinte, liberdade de imprensa etc.) com desenvolvimento desimpedido das forças produtivas e primazia, portanto, da reprodução ampliada, ou seja, do próprio princípio da acumulação capitalista. Era precisamente em resposta a esses movimentos que os ‘conservadores’ se organizaram e formaram, em torno de José Bonifácio, o Apostolado:

Realizar a Independência com um mínimo de alterações possíveis na economia e na sociedade era o objetivo de seus componentes, representantes da melhor sociedade da época (VIOTTI, 1968, p. 118).”

“Como se sabe, as forças representadas pelo Apostolado – que Frei Caneca chamou de ‘um clube de aristocratas servis’ – saíram vitoriosas. Assim o objetivo da constituição do Estado brasileiro ficara sendo o de assegurar as condições da reprodução do status quo ante, isto é, da sociedade colonial, organizada em função da produção colonial.” DEÁK, Acumulação entravada no Brasil, 1991

Ao internalizar o aparelho de Estado, a sociedade de elite internaliza também o princípio da expatriação. Antes, imposto *de fora*, o princípio da expatriação gozaria da primazia assegurada, doravante, pelas forças *internas* da sociedade de elite, como meio e garantia de sua reprodução, uma sociedade de

elite como distinta de burguesa, sobre a base econômica da acumulação entravada como distinta da acumulação desimpedida. O que era sociedade colonial torna-se *sociedade de elite*; o que era produção colonial, *acumulação entravada*.

sociedade colonial – sociedade de elite
produção colonial – acumulação entravada

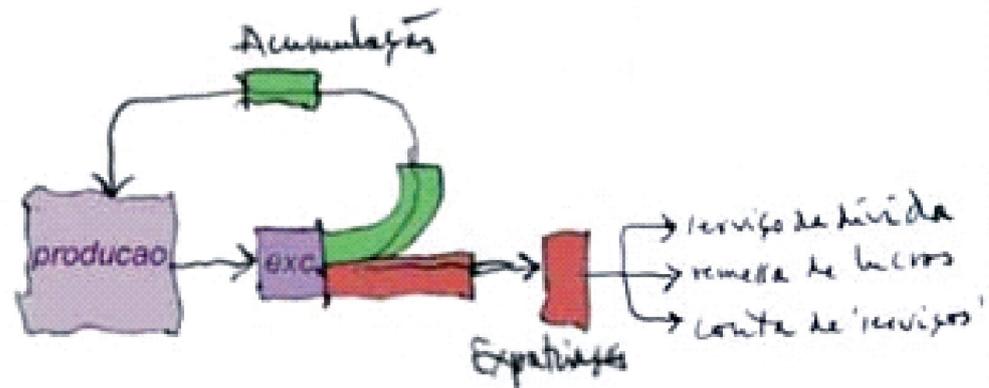
O processo de acumulação entravada é *autônomo*, no sentido de, ao internalizar todo o arcabouço institucional da sociedade e manter sua base material no processo de produção, abarcar todos os elementos de uma reprodução social – vale dizer, não depende de nenhum *deus ex machina*, nenhuma instância externa.

Formas de expatriação e instrumentos de reprodução do entravamento

No estado soberano, não mais podendo ser simplesmente tributo colonial, era necessário encontrar *novas formas* para a expatriação da parte do excedente a ser retirada da acumulação. A primeira forma encontrada foi assumir uma dívida com o Banco da Inglaterra cujos juros davam nova forma à expatriação, à qual mais tarde, quando do início de uma produção interna, viria a somar-se à *remessa de lucros* das empresas estrangeiras, e, finalmente, ambas as formas seriam complementadas por uma terceira, o déficit crônico da *conta de serviços*.

A *dívida externa* foi criada na constituição do estado soberano do Brasil, quando o novo país assumiu, logo ao nascer, a dívida de £ 2 milhões (algo como US\$ 140 bilhões de 2006) com o Banco da Inglaterra. Soma considerável, à qual

Figura 3: Acumulação entravada. Ao invés de tributo à metrópole, a expatriação de excedente toma novas formas: serviço da dívida externa; remessa de lucros e conta de serviços cronicamente deficitária
Elaboração: Autor



Entraves

moeda instável e inflacionada
sistema financeiro: juros altos, crédito nil
entreguismo: descontrole do processo produtivo
estatização ('capitalismo sem burguesia')
atofia Dep I: vulnerabilidade, sem progresso técnico

→ nível de reprod. F_t
→ Infra-estrutura precária } → condições urbanas

(1) Como, a partir de 1850, com o estabelecimento das condições institucionais do trabalho assalariado, a saber, a *Lei das terras* e a cessação efetiva do tráfico de escravos, ano o qual, por essa razão, pode ser visto como o início de desenvolvimento capitalista no Brasil.

(2) Porque o valor presente V de retornos ou custos futuros $V_t: V = V_t / (1 + i)^t$ diminui com o aumento do prazo considerado t , exponencialmente à razão da taxa de juro i . Assim, o valor presente de um retorno em sete anos é metade, e, em 15 anos, não é mais que um quarto, ou 25% de seu valor (observe-se que a inflação da moeda tem o mesmo efeito). Assim, as considerações a médio e longo prazos perdem importância na mesma proporção, com conseqüências para a avaliação de investimentos em infraestrutura pesada e de longa vida útil e, mais geralmente, em qualquer investimento pesado. Por exemplo, uma hidrelétrica ou uma rede de metrô parecerão “caros”, porque seus retornos a dez, 20, 40 anos “desaparecem” – sobra o lucro (ou prejuízo) imediato. O resultado é uma economia míope governada pela procura do lucro imediato e, de maneira geral, pelos interesses imediatos.

seriam acrescidas quatro décadas de déficit ininterrupto na balança comercial, e, logo após, os custos da Guerra do Paraguai também financiados pela Inglaterra.

Endividamento também tem limites; entretanto, o que torna necessário permitir a formação de uma indústria nacional ¹ para prover o mercado interno pelo menos de artigos de consumo. Parte dessa indústria ficava sob o controle de capital estrangeiro, estimulado pelo entreguismo – que se discute logo abaixo – e a *remessa de lucros* do capital estrangeiro veio a constituir uma segunda modalidade de expatriação de excedente.

Uma terceira modalidade completa as principais formas de expatriação: a *conta de “serviços”* (frete, seguros e resseguros) cronicamente deficitária. Normalmente, vale dizer, entre pares, o comércio internacional é transportado compartilhado em volumes aproximadamente iguais entre os parceiros, pelas respectivas frotas mercantes, mas o Brasil não mantém uma marinha mercante, e *todo* o seu comércio é transportado por bandeiras alheias mediante o pagamento de fretes. Adicionalmente, o raquitismo de seu sistema financeiro faz com que o seguro de todo o volume do comércio exterior seja efetuado nas praças dos centros financeiros mundiais de plantão.

Como ordem de grandeza, a soma das três modalidades é da ordem de 5 a 8% do produto nacional, sendo em torno de 2% para a conta de serviços e 3 a 6% para a soma do serviço da dívida e da remessa de lucros, que seguem um movimento conjuntural do tipo gangorra, com mais serviço da dívida e menos remessa de lucros em épocas de expansão e vice-versa.

Além da drenagem do excedente, outros expedientes operam na regulação da produção e constituem os entraves, instrumentos de reprodução da acumulação entravada. Situam-se no âmbito do sistema financeiro, por um lado, e do controle da produção, por outro, e sua manipulação pelo Estado, complementada pelo caráter errático da atuação desse último, constitui o cerne e essência da política econômica *efetiva* do país.

No âmbito financeiro, juros altos e crédito virtualmente nulo criam ambiente hostil à produção, que assim só é viável em ramos de atividade com taxas de lucro excepcionais, ou então subsidiados ou protegidos por outros meios pelo Estado, sendo vulnerável em ambos os casos. O efeito dos juros sobre a produção, o planejamento e a própria sociedade não poderia ser mais contundentemente expressa que pelo economista a dizer: “Com juros a 10% ao ano, o futuro desaparece.”² No mesmo sistema, a moeda instável e cronicamente inflacionada não chega a cumprir sua função de reserva de valor, sendo substituída pelo patrimônio (“bens de raiz”), de enorme rigidez enquanto meio de circulação dos recursos na estrutura de produção.

No âmbito do controle da produção, quando um tanto de produção nacional é necessária para abastecer o mercado interno, devido à “restrição externa” (restrição da balança de pagamentos), a produção interna se impõe, mas seu efeito de fortalecer a indústria nacional é neutralizado com a entrega de seu controle ao capital estrangeiro, um expediente denominado de *entreguismo*, praticado, prioritariamente, nas indústrias-chave e nos ramos de produção de meios de produção (máquinas e ferramentas, o que Marx chamou de Departamento I). No caso da indústria brasileira, *toda* a indústria automobilística, uma das maiores do mundo, e, mais recentemente, a indústria eletro-eletrônica, estão sob o controle de capital estrangeiro. Além da remessa de lucros decorrente,

os efeitos mais importantes do entreguismo são a falta de controle das decisões da indústria em questão, e, o ainda mais crucial, não se desenvolvem forças sociais correspondentes *internas* em favor do desimpedimento do desenvolvimento e eliminação dos entraves.³

Uma alternativa ao entreguismo é *estatização* que até elimina a remessa de lucros, mas continua a impedir o surgimento de desafios ao princípio da expatriação, no seio da sociedade. Um exemplo histórico paradigmático do uso desse expediente em larga escala é o período Vargas (1930-1945), o qual chegou a ser chamado, com bastante acerto, de “capitalismo sem burguesia”.

A utilização de ambos os expedientes de enfraquecimento da produção é particularmente intensa nos ramos de produção dos meios de produção – onde se dá (ou *dar-se-ia*) a definição das técnicas de produção e, assim, o progresso técnico – resultando na *atrofia crônica do Departamento I* e em acefalia, vulnerabilidade e incapacidade de gerar suas próprias técnicas e assim, progresso técnico, da estrutura produtiva como um todo.

Exemplos recentes da eliminação, com precisão de bisturi, de indústrias de ponta, incluem: nos anos 60, além da já mencionada indústria automobilística sob controle estrangeiro, a indústria eletrônica, também estrangeira, que importa *todos* os componentes eletrônicos, a ponto de o Brasil, com sua enorme produção de televisores, por exemplo, nunca ter produzido seus cinescópios. Nos anos 80, após alguns passos titubeantes, a indústria de informática foi eliminada e está inteiramente ausente até hoje. O Brasil exporta silício bruto e importa todos os transistores que utiliza e nunca deu espaço para o desenvolvimento das indústrias de precisão, química fina e biotecnologia, como não o está dando para nanotecnologia. É sintomático que o “patrono da indústria”, no Brasil, é o barão de Mauá, um empresário lendário dos meados do século 19, cujo império nasceu protegido pela Tarifa Alves Branco,⁴ entrou em crise com a revogação da mesma, foi asfxiado pela falta de crédito e levado à falência pela competição desleal por parte do próprio governo brasileiro. A mesma história se repetiu, em escala menor, com a Gurgel, que quase virou a primeira e única fábrica nacional de automóveis nos anos 70-80, mas acabou fechando suas portas no final dos 80.

Uma conseqüência imediata da economia assim amarrada é o baixo nível de reprodução da força de trabalho, decorrente da ausência dos ramos mais produtivos de indústria e a precariedade crônica da infra-estrutura que entra também no rol dos entraves. Ambos têm conseqüências imediatas sobre as condições urbanas as quais serão mostradas adiante. Antes, porém, devemos abordar as características dos estágios de desenvolvimento nacional.

Acumulação entravada no estágio extensivo

O desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir de 1850, inicia-se naturalmente em seu primeiro estágio, o estágio extensivo.⁵ Esse estágio do capitalismo caracteriza-se pelo processo predominante de *extensão* – daí seu nome – da nova relação de trabalho, o assalariamento, às custas da anterior, atraindo e incorporando crescentes contingentes de servos (no caso da transição a partir do feudalismo) ou de escravos (no caso do Brasil) e trabalhadores independentes (em toda parte), em regime de produção para subsistência. O ritmo de crescimento da produção nesse estágio é a soma do

(3) Um efeito cumulativo adicional das atitudes entreguistas é uma verdadeira atrofia da identidade nacional, que então se refugia no futebol.

(4) A *Tarifa Alves Branco* taxava, pela primeira vez (1844), as importações brasileiras acima dos 15% constantes na carta da “abertura dos portos”. Sua finalidade era angariar recursos para o custeio do governo, mas seu efeito mais importante foi o estímulo à produção nacional durante as duas décadas de sua vigência.

(5) No que segue, resumimos ao extremo uma periodização do capitalismo, vale dizer, uma caracterização de seus estágios de desenvolvimento, cuja filiação remonta à Aglietta (1976) e está exposta um pouco mais detalhadamente em Deák (2004). Pode se consultar também meus *Verbetes*, começando com “estágios de desenvolvimento” em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/estag-dv/index.html.

ritmo de assalariamento mais o aumento da produtividade do trabalho (progresso técnico), em que a primeira parcela é a maior e resulta em elevada taxa de excedente. É dessa forma que se “viabiliza” a acumulação entravada: a alta taxa de excedente pode ser diminuída com uma parte que será expatriada e, ainda assim, deixar uma taxa de acumulação – vale dizer, de crescimento – a um ritmo razoável. Assim, o Brasil cresceu à taxa “secular” em torno de 5-6% em média até o final dos anos 60, quando “disparou” com uma taxa em torno de 10% durante alguns anos e chegou a ser chamado de “milagre brasileiro” (era a época dos “milagres” alemão e também japonês, resultantes do *boom* da reconstrução pós-guerra).

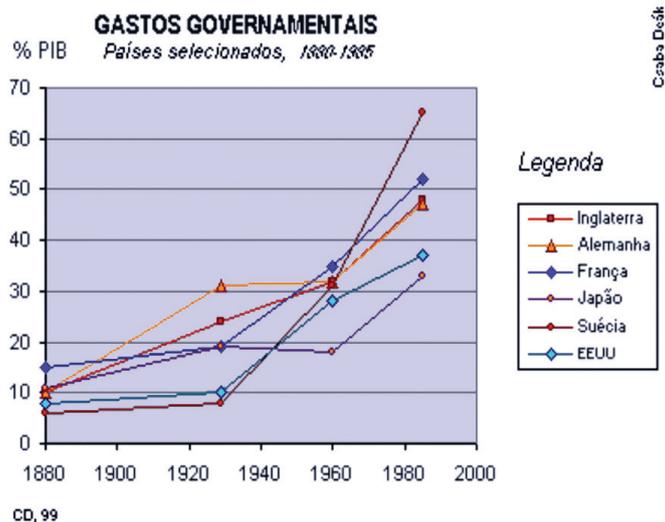
O estágio extensivo se esgota quando toda ou a maior parte da força de trabalho foi assalariada, e daí em diante a taxa de excedente fica reduzida à parcela decorrente do progresso técnico, vale dizer, do aumento da produtividade do trabalho, dando início ao estágio intensivo. Nas sociedades burguesas a dependência crucial da taxa de excedente da produtividade do trabalho trouxe condições inteiras novas para a reprodução da força de trabalho, visando assegurar o aumento da produtividade, que tomam forma concreta no estado de bem-estar e a correspondente forma política da social-democracia. Já no Brasil, em vez de conduzir a um novo estágio, a exaustão do estágio extensivo trouxe uma crise insuperável à forma entravada de acumulação: a taxa de excedente, minguada, não pode mais ser subdividida. Seja dirigido à *expatriação*, anulando o crescimento, seja *acumulado*, anulando a *expatriação*, o excedente reduzido não é capaz de sustentar a acumulação entravada, produzindo, pela primeira vez no país, uma nova situação desde a Independência.

A história recente e contemporânea do Brasil é dominada pela crise da acumulação entravada. Quando um governo, na esteira do “milagre econômico”, e no contexto da exaustão do estágio extensivo, traçou o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1974) que procurava a continuidade do crescimento, previa manutenção dos elevados níveis de investimentos em infraestrutura e, de maneira geral, preconizava a eliminação dos entraves ao desenvolvimento, imediatamente se desenhou uma reação que acabou produzindo a maior recessão na história do país (1981-1983) e, para se consolidar no plano político, adotou a tática de – tratando-se, na ocorrência, de um governo militar – deslegitimar os governos militares, empunhando a bandeira da “redemocratização”, no que foi bem-sucedida após alguns anos (em 1984 foram reinstalados governos civis)⁶. No plano econômico, no entanto, teve menos sucesso, uma vez que, como já antecipado acima, o restabelecimento do padrão histórico de desenvolvimento entravado não era mais possível, e a recessão de 1981-1983 não pôde ser seguida de um período de expansão, resultando na década perdida de 1980 – a ser seguida por uma segunda, dos anos 90 e uma terceira, na qual ora estamos⁷ entrando no último terço. Na verdade, a exaustão do estágio extensivo e a crise da acumulação entravada colocou a sociedade brasileira à frente de um impasse do qual até hoje não se encontrou uma saída ou um meio de superação. Esse é o ambiente interno que o ideário do neoliberalismo, vindo dos países desenvolvidos onde foi elaborado em resposta à sua própria crise, encontrou ao “aportar” no Brasil.

(6) Assim, a extinção da sucessão dos governos militares teve o mesmo objetivo que sua instauração: a manutenção dos entraves ao desenvolvimento.

(7) Vale dizer, em 2006. No período seguinte, houve, finalmente, uma expansão econômica referida adiante e, em particular, na nota 9 (N. A., 2011).

Figura 4: Participação do Estado no Produto Nacional, 1880-1985 em alguns países centrais. Fonte: Dados brutos (2001): http://www.worldbank.org/data/wdi2000/pdfs/tab1_5.pdf.



Neoliberalismo na sociedade de elite

“A burguesia brasileira não respeita nem sinal de tráfego”
Quartim de Moraes

(8) Um tanto ironicamente, tem-se a idéia que neoliberalismo chega no país justamente quando se esgotam as condições materiais da manutenção da acumulação entravada.

Neoliberalismo é uma reação à expansão do Estado nas economias nacionais dos países de capitalismo desimpedido (cf. figura ao lado), uma expansão que ameaça a primazia da forma-mercadoria e, assim, o próprio capitalismo, consistindo, essencialmente, em tentativas de reverter essa tendência (negando a negação da forma-mercadoria...), diminuindo o Estado, com o desmonte do estado de bem-estar e da própria idéia do bem-comum, assim como do planejamento que se pratica em seu nome, e, em seu lugar, legitimando grupos de pressão e até interesses individuais na forma de inúmeras frações da sociedade civil. No Brasil, neoliberalismo é a primeira ideologia importada que realmente serve ao processo de acumulação entravada.⁸ De fato, quando, logo após a Independência, importou o liberalismo, a sociedade brasileira era escravocrata; quando ela importou a social-democracia, não só não tinha estado de bem-estar como sequer estava no estágio intensivo, e mesmo seu desenvolvimento extensivo sofria com os entraves, abaixando, ao contrário de elevar, o nível de vida dos trabalhadores. Assim, *liberalismo* era professado, mas transgredido, pois exigia a igualdade formal entre indivíduos e a idéia do bem comum, ambos sem *qualquer* contraparte concreta na sociedade; da mesma forma que *social democracia* enaltecia o interesse coletivo e enfatizava o planejamento, sendo ambos *manifestamente* alheios à organização da sociedade de elite. Mas o neoliberalismo, que *lá* (na sociedade burguesa em sua crise do estágio intensivo) promove o desmonte do estado de bem-estar, desqualifica o Estado enquanto representante do interesse coletivo, assim como a própria idéia de interesse coletivo e a atividade de planejamento praticado em seu nome, e, em seu lugar, legitima grupos de interesses e até interesses individuais, enquanto membros da sociedade civil ou, no caso do planejamento, propõe governança e gestão sobre o modelo da empresa privada, *aqui* (nas sociedades de elite) faz precisamente o que aqui sempre se fez. De fato, a deslegitimação do

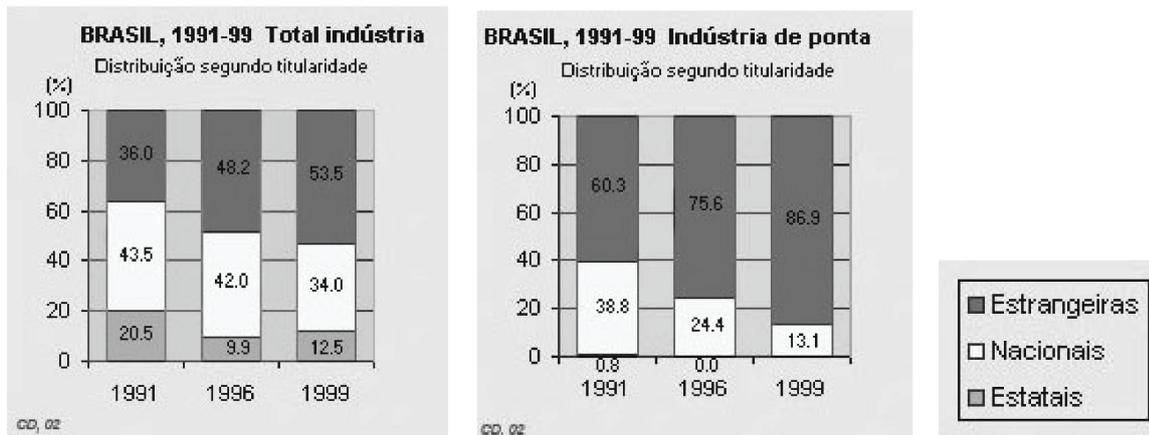


Figura 5: Brasil, 1991-99: Distribuição do capital na indústria segundo titularidade. A desnacionalização da indústria foi aprofundada no período, com a participação do capital estrangeiro, passando de 36% a 53,5% para o total da indústria e ainda mais na indústria de ponta, na qual a mesma participação passou de 60% em 1991 a 87% em 1999
 Fonte: Dados brutos: Rocha & Kupper, 2002

(9) O período a que se refere a figura ao lado não lhes corresponde exatamente, mas abarca os dois governos FHC (Fernando Henrique Cardoso), que tiveram um papel análogo aos governos Menem na Argentina, praticamente na mesma época.

(10) Nos cinco anos que separam a primeira elaboração deste trabalho (2006) e a presente publicação (2011) houve, efetivamente, uma espécie de crescimento controlado a taxas de 3-5% ao ano – a economia brasileira teria potencial para muito mais, algo próximo dos ritmos chinês ou indiano –, sem a instalação de nenhuma indústria de ponta (NA, 2011).

Estado e do interesse coletivo é consistente com o superprivilegiamento da elite e seu controle *direto* do aparelho do Estado; o enfraquecimento da ação do Estado e o descredenciamento do interesse coletivo e do planejamento que se pratica em seu nome é consistente com a precariedade crônica das instituições e das infra-estruturas; seu discurso liberalizante – ainda que adquira um sentido completamente deslocado em relação a seu lugar de origem – é consistente com o entreguismo e, por sua vez, a *privatização* se conjuga à perfeição com o fracionamento da infra-estrutura e fragmentação do espaço nacional. Em seu conjunto, os preceitos do neoliberalismo aderem perfeitamente à manutenção dos entraves ao desenvolvimento.

A política econômica dos anos 90 – nossa segunda década perdida serve-nos de exemplo para ilustrar esse ponto. Nesse período tiveram plena vigência os princípios neoliberais⁹ de privatização (explicitamente, em nome da eficiência) e de desnacionalização (implicitamente, em nome do liberalismo econômico e da “globalização”), o que aprofundou a desnacionalização (cf. figura ao lado) a níveis não vistos desde o Império. Tal política pode ter sido parte, talvez, de um projeto que permitisse a retomada do crescimento após o longo período de estagnação de mais de duas décadas em algum momento subsequente: ao tornar a estrutura produtiva tão acéfala (privada do Departamento I) e tão desnacionalizada, seria até possível permitir um certo período de crescimento sem, necessariamente, ter de abandonar os entraves ao desenvolvimento *de fato*.¹⁰

Condições urbanas e informalidade

As condições nas aglomerações urbanas em uma sociedade de elite decorrem diretamente das peculiaridades do processo de acumulação travada e distoam fortemente das condições de seus congêneres dos países desenvolvidos. Lembrar-se, no entanto, que, em seu estágio de desenvolvimento extensivo, as sociedades burguesas produziram aglomerações urbanas igualmente precárias e até mais que as sociedades latino-americanas, descritas com eloquência pelos grandes romancistas da primeira metade do século 19 como Dickens e Victor Hugo, e, até

mais para o final do mesmo século, William Morris se referia a “*Londres e as demais grandes cidades comerciais da Grã-Bretanha como ‘meras massas de sordidez, sujeira e miséria, rendilhadas aqui-acolá de repugnantes manchas de vulgaridade pomposa’*” (ASHWORTH, 1954, p. 171). As condições urbanas começam a melhorar somente com o estágio intensivo que, na Europa ocidental, inicia-se na virada do século, como resposta à exigência de melhores condições urbanas consistentes com a elevação do nível de reprodução da força de trabalho.

A evolução do padrão de urbanização na Europa ilustra não haver um padrão europeu de urbanização, assim como não poderia haver um “padrão latino-americano”: um padrão de urbanização é sempre historicamente específico, de uma determinada sociedade em um determinado estágio de desenvolvimento. O padrão histórico de urbanização no Brasil corresponde à precariedade que acompanha a urbanização predatória do estágio extensivo, acrescida da aparente “irracionalidade” que corresponde aos entraves no âmbito espacial. O processo de acumulação entravada retarda o progresso técnico, e, com ele, a elevação do nível de reprodução da força de trabalho. Os requisitos de *performance* sobre a organização espacial – que serve de sustentação à estrutura produtiva – permanecem frouxos e resultam em condições urbanas precárias em infra-estrutura e em condições ambientais, assim como em baixos níveis de serviço dos equipamentos e serviços urbanos.

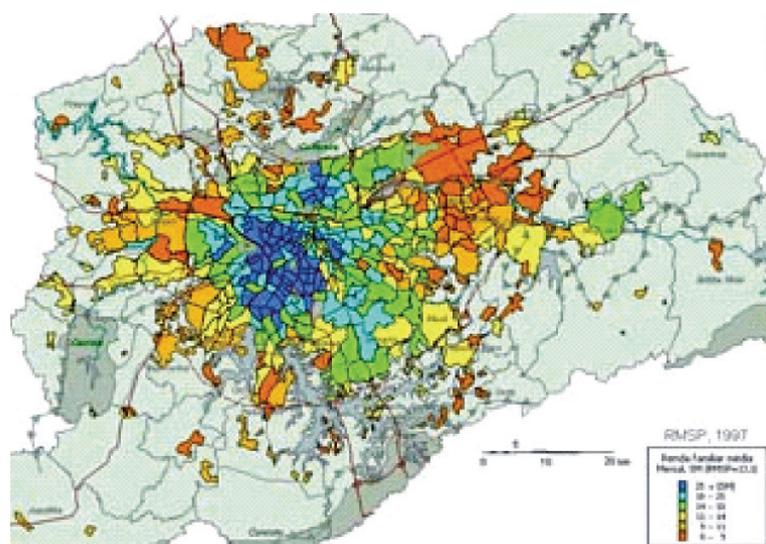
A fragmentação do espaço tanto em âmbito nacional como urbano é, a um tempo, conseqüência e meio de reprodução da acumulação entravada, uma vez que se constitui em entrave ao desenvolvimento da produção. A fragmentação do espaço *produz-se* por meio da infra-estrutura precária (escassa) e também pela conservação e, por vezes, deliberada imposição ou construção de barreiras espaciais, tais como acidentes geográficos ou estruturas viárias intransponíveis, e manutenção de bairros e grandes infra-estruturas obsoletas. Ademais, a pouca infra-estrutura é desigualmente distribuída, contribuindo ainda mais para a heterogeneidade do espaço.

O resultado é um espaço urbano muito diferenciado, com uma área menor relativamente bem atendida em infra-estruturas e outra maior na qual reina a precariedade extrema. A diferenciação induz à elevação dos preços das

Figura 6: Região metropolitana de São Paulo, 2006: Estrutura viária principal. A estrutura viária (cinza claro) reflete a extrema desigualdade da estrutura urbana; a rede de metrô (vermelho) mostra a exigüidade e a incongruência de seu traçado
Elaboração: Autor



Figura 7: Distribuição espacial da renda: Concentração da renda alta no vetor sudoeste e da renda baixa, na periferia
Elaboração: Autor



localizações, que tem sido interpretada como resultado de “especulação imobiliária” e introduz diferenciações no uso do solo as quais têm sido vistas como “segregação espacial”, especialmente a separação dos assentamentos residenciais de alta renda dos demais, freqüentemente designados de periféricos. Aqui é o reino da “informalidade” em suas mil variantes. Em particular, a habitação operária, ou popular, sem a indispensável intervenção do Estado, é produzida em uma vasta variedade de formas precárias, ilegais ou clandestinas.

O “padrão histórico” de urbanização deveria se esgotar com o estágio extensivo (no Brasil, nos anos 70), mas o impasse imposto pela sociedade de elite impede a transição ao estágio intensivo – porque isso implicaria em desenvolvimento desimpedido – e prefere – e por ora consegue, aproveitando também o arsenal retórico do neoliberalismo – manter o *status quo* mesmo ao preço de aprofundar também seus antagonismos. No entanto, é seguro afiançar que as condições urbanas não melhorarão significativamente sem a transformação do próprio princípio de organização da sociedade, com a remoção dos entraves ao desenvolvimento – que, por sua vez, depende das perspectivas de transformação da própria sociedade.

Perspectivas: crise da acumulação entravada

Uma interpretação do estágio de desenvolvimento contemporâneo da sociedade brasileira requer um duplo cuidado para se perceber que o que presenciamos é uma simultaneidade de duas crises. No país, a crise da acumulação entravada devido à exaustão do estágio extensivo. Nas sociedades burguesas, a crise do próprio capitalismo devido à exaustão do estágio intensivo. A inter-relação entre as duas crises ocorre menos no plano econômico do que no plano das idéias, pelo hábito da sociedade de elite – importar a ideologia burguesa – apesar da gritante discrepância entre as condições concretas das duas sociedades. E à diferença dos estágios precedentes, os preceitos do neoliberalismo, originalmente concebidos com uma finalidade inteiramente diferente (o desmonte do estado de bem-estar), aqui servem às maravilhas para a perpetuação dos entraves ao desenvolvimento. Devido à simultaneidade e funcionalidade, seu uso *aqui* pode facilmente ser interpretado como sendo por influência de países dominantes ou devido a algum processo mais geral e difuso de “globalização”.

(11) Citado na nota de rodapé inicial.

O estágio atual de desenvolvimento no Brasil é dominado pela exaustão do estágio extensivo e a conseqüente crise da acumulação entravada, que gerou o impasse econômico e político já mencionado: seja na opção pela continuidade da expatriação de excedente (entreguismo, etc.), seja na opção pela acumulação desimpedida e pleno desenvolvimento, uma transformação social de vulto se faz necessária, necessidade que a sociedade, organizada em torno da reprodução do *status quo*, mais cedo ou mais tarde será obrigada a aceitar, mesmo à sua revelia. E quanto maior a crise, maior o potencial de transformação.

Uma interpretação alternativa da situação atual já mencionada seria que o grau de fragilização da economia brasileira, por meio da acefalia e da desnacionalização, alcançou um nível tão elevado, que pode se permitir um período de expansão da produção de cinco-dez anos sem que as forças pelo desenvolvimento adquiram uma preponderância irreversível, para só aí alcançarmos o ponto de escolha inevitável.

A longo prazo as duas interpretações desembocam em uma só, mas é claro que diferem enormemente na perspectiva a curto prazo. Acredito, no entanto, que nesta discussão aqui tocamos o limite de até aonde a análise histórica de um processo contemporâneo pode chegar.

Quanto ao conjunto do continente, para além de inegáveis semelhanças entre os países da América Latina, seria necessário explorar também as individualidades de cada formação social e avaliar suas potencialidades de mudança. É provável que dessas potencialidades dependam as perspectivas de concretização e desenvolvimento do Mercosul e de uma ainda eventual União Latino-Americana.

A oportunidade de colocação dessas questões nesse seminário latino-americano,¹¹ decerto não implica em poder esgotar essa discussão nos limites do próprio seminário, mas talvez possa dar início a uma discussão permanente e em profundidade, constituindo valioso instrumento para se contrapor à onda neoliberal.

Assim como as forças sociais antagônicas se alinham a favor ou contra a manutenção da ordem social, a atitude e produção intelectuais contam com duas e apenas duas opções: trabalhar no sentido da reprodução do *status quo*, justificando-o, resultando em uma produção ideológica; ou, pelo contrário, efetuando uma análise crítica da ordem social vigente, explorando seus antagonismos e potencial de transformação.

Tal trabalho, realizado em conjunto para os diversos países, pode dar e mesmo formar uma idéia sobre as perspectivas de desenvolvimento do Mercosul, ou *Mercosur*, por um esforço comum, permitindo aprofundar a exploração das potencialidades nacionais com a formação e fortalecimento da união regional, e oferece, assim, provavelmente, a melhor oportunidade de desenvolvimento da região como um todo.



Figura 8: Configuração do Mercosul, 2006

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, Michel. *Une théorie de la regulation du capitalisme*. Paris: Maspéro, 1976.
- BALL, Michael. O desenvolvimento do capitalismo na provisão da habitação. *Espaço & Debates*, n. 36, p. 11-34, 1992.
- . The development of capitalism in housing provision. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 5, n. 2, p. 145-177, 1981.
- DEÁK, Csaba. Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80. *Espaço & Debates*, n. 32, p. 32-46, 1991. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/91ace/index.html>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- DEÁK, Csaba. Verbetes. *Periodização do capitalismo*. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/period-K/index.html>. Acesso em: 20 jun. 2004.
- ENGELS, Friedrich. *The housing question*. Lepzi: [s.n.], 1872.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Zahar, 1981.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MOTTA, Carlos Guilherme da. *O Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: Crítica à razão dualista. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 2, p. 5, 1998.
- ROCHA, Frederico; KUPFER, David. Structural changes and specialization in brazilian industry: the evolution of leading companies and the M&A process. *The Developing Economies*, XL-4, Nova Jersey, p. 497-521, 506, Table V, Dec. 2002.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- VIOTTI da Costa, Emília. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTTA, Carlos Guilherme da (Org.). *O Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968.
- WERNECK, Nelson W. Sodrê. *As razões da Independência*. São Paulo: Difel, 1986.

Nota do Autor

Apresentado no seminário internacional “APORTES PARA UNA TEORÍA Y POLÍTICA SOBRE ASENTAMIENTOS INFORMALES”, Buenos Aires, 8-9 de novembro de 2006. Agradeço a dois pareceristas anônimos, a Yvonne Mautner e a Anna Deák pela paciente leitura e valiosas observações e sugestões à versão inicial.

Nota do Editor

Data de submissão: março 2010

Aprovação: fevereiro 2011

Csaba Deák

Docente da FAUUSP nos cursos de Graduação e Pós-Graduação.
Professor de Planejamento Urbano, com especialização em modelos de simulação da dinâmica urbana, técnicas quantitativas e transportes públicos. Linha de pesquisa permanente: interpretação da formação social brasileira enquanto determinante das condições da organização espacial da produção e das aglomerações urbanas.
Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rua do Lago, 876 – Cidade Universitária
05508-900 – Sao Paulo, SP
(11) 3091-4548
deak@usp.br